

CARTA ABERTA DAS E DOS JORNALISTAS ÀS CANDIDATURAS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS E AO SENADO

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) vêm a público para dialogar com as candidaturas à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal e apresentar as reivindicações para a nossa categoria. Em um contexto de profundas mudanças para nossa profissão, temos sofrido com a perda sistemática de postos de trabalho, precarização e perda de direitos, o que inevitavelmente enfraquece o acesso à informação de interesse público e à própria democracia.

Como pudemos constatar neste último período, apenas a vitória eleitoral para o Poder Executivo não basta. Devemos contar com representantes da Câmara dos Deputados que tenham compromisso com a construção de um projeto democrático e popular, o que inclui a defesa de nossa categoria e o fortalecimento do jornalismo como ferramenta para a livre circulação de informações de interesse público. Solicitamos, portanto, o posicionamento público e o compromisso efetivo desta candidatura com as seguintes propostas:

1. REGULAMENTAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS E DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

É urgente garantir a sustentabilidade do jornalismo e estabelecer um marco legislativo para que as plataformas digitais e os sistemas de inteligência artificial atuem em nosso país com regramento adequado e tenham responsabilidades em relação ao combate à desinformação. O debate ao PL 2630/2020 deve não apenas ser retomado pela Câmara dos Deputados, mas novos regramentos devem ser estabelecidos para a regulamentação das plataformas. Da mesma maneira, o PL 2338/2023, que regulamenta a Inteligência Artificial (IA) no Brasil, deve ser fortalecido, defendendo os direitos de nossa categoria por seu trabalho.

2. PEC DO DIPLOMA

A PEC 2026/2012, que estabelece o retorno do diploma de Ensino Superior em Jornalismo como critério de acesso à profissão, deve ser uma prioridade das e dos deputados federais: em um cenário de massificação da desinformação, fortalecer o jornalismo passa por defender a qualificação técnica na produção das informações de interesse público. A matéria já foi exaustivamente analisada por congressistas e depende apenas da autorização da presidência da Casa Legislativa para a sua votação. Defendemos que essa PEC seja votada e aprovada ainda no primeiro semestre de 2027.

3. CRIAÇÃO DO FUNDO NACIONAL DE APOIO E FOMENTO AO JORNALISMO

Para que o trabalho jornalístico tenha meios para existir, defendemos a criação do Fundo Nacional de Apoio e Fomento ao Jornalismo (Funajor), financiado prioritariamente por recursos provenientes da tributação das grandes plataformas digitais multinacionais. O Fundo ajudará a promover a sustentabilidade do jornalismo, estimulando veículos independentes, comunitários e regionais, incentivando a inovação e ampliando a diversidade da produção jornalística em todas as regiões do país.

4. REVOGAÇÃO DA LEI DO MULTIMÍDIA

A Lei do Multimídia (15.325/2026), aprovada sem diálogo adequado com as entidades representativas da categoria, é um risco concreto para o futuro de nossa profissão, ao sobrepor uma série de funções historicamente regulamentadas para nossa categoria. Defendemos a revogação dessa lei, para que se possa reabrir o debate com participação da sociedade, da FENAJ e dos Sindicatos de Jornalistas do Brasil.

5. PISO SALARIAL NACIONAL

A categoria reivindica a aprovação de um piso salarial nacional para jornalistas, como instrumento fundamental de valorização profissional e de combate à precarização do trabalho. A FENAJ defende a tramitação e aprovação do Projeto de Lei 2.209/2025, que institui piso salarial de R\$ 6.982,00 para jornada de 30 horas semanais, com reajuste anual pelo INPC. A medida busca reduzir as profundas desigualdades salariais existentes entre os estados, assegurando condições dignas de remuneração.

6. REVOGAÇÃO DAS REFORMAS CONTRA A CLASSE TRABALHADORA E DEFESA DOS DIREITOS

A categoria reivindica a revogação das reformas que retiraram direitos da classe trabalhadora e aprofundaram a precarização das relações de trabalho, fragilizando a negociação coletiva, ampliando formas precárias de contratação e reduzindo o papel da Previdência Social. A defesa do trabalho decente exige uma legislação trabalhista fundamentada em direitos, que garanta a livre organização sindical e a negociação coletiva. Neste sentido, é urgente que a Câmara dos Deputados formule legislações para combater o fenômeno da “pejotização” irrestrita e fraudulenta, garantindo condições dignas de trabalho para jornalistas e demais trabalhadores.